

**Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia trinta de novembro de dois mil e dezoito**

— Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, na vila de Oliveira de Frades, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

— Período de Antes da Ordem do Dia -----

— 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 23/04/2018; -----

— 2 - Aprovação da ata da sessão extraordinária realizada a 15/06/2018. -----

— Período da Ordem do Dia -----

--- 1 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 23 de abril e o dia 17 de novembro de 2018, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 2 - Análise, discussão e votação da 3.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15.º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2019, de acordo com a Informação de Serviço n.º 479/2018, de 13 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2019, de acordo com a Informação de Serviço n.º 483/2018, de 14 de novembro, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

--- 6 - Listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 7 de abril de 2018 e 14 de novembro de 2018, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 484/2017, de 14 de novembro, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezoito horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: ---

--- Alberto Claudino Gomes Figueiredo. -----

## Assembleia Intermunicipal

- Carlos Manuel Cortês Henriques da Cunha.-----
- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.-----
- Período de Antes da Ordem do Dia-----
- Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 23/04/2018-----
- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----
- Quanto ao segundo ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão extraordinária realizada a 15/06/20-----
- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----
- De seguida o Senhor Presidente deu conhecimento à Assembleia Intermunicipal do teor do expediente recebido.-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve:” O que me traz aqui e já não é a primeira vez que trago aqui este motivo, são os transportes públicos e penso que haverá alteração significativa, nomeadamente ao nível de Orçamento do Estado, ao nível dos apoios dos passes sociais e penso que essa desigualdade criada é muito injusta e deverá ser corrigida o mais rapidamente possível.-----
- Cabe a nós, também enquanto utilizadores, exigir essa alteração e fazer essa reflexão. Isto é uma situação de injustiça tal que e ainda mais sendo a CIM Autoridade de Transporte.-----
- Era fundamentalmente esta reflexão que eu queria deixar nesta Assembleia para não se deixar esquecer, pois é uma questão do Interior e infelizmente não tenho visto os Deputados do Interior a insurgirem-se sobre esta matéria. Os mais pobres serão os que mais pagam com transportes.”-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Soares, cuja intervenção se transcreve: “Queria começar por um agradecimento à CIM, pela providência cautelar instaurada contra os CTT por causa do encerramento de estações de Oliveira de Frades e de Aguiar da Beira e apresentar uma moção:-----
- O Partido Social Democrata manifesta a sua indignação e contesta, veementemente, a notícia do possível encerramento da Estação dos CTT na Vila de Oliveira de Frades conforme foi noticiado.-----

--- Entendemos que esta atitude por parte da administração dos CTT, uma empresa com quase 500 anos de existência, como descabida, imerecida e injusta, uma vez que desconsidera e agrava a qualidade de vida e o desenvolvimento do concelho, que conta com dez mil habitantes e duas zonas industriais em expansão. Consideramos que esta decisão priva os oliveirenses de um serviço público importante e essencial, como é o serviço postal universal, além de contribuir decisivamente para a desertificação e isolamento do interior.-----

--- Ficaremos mais desprotegidos e mais sós. Consideramos que os CTT, apesar do processo de privatização ocorrido, devem prestar um serviço público, concessionado pelo Estado, que tem de ter um carácter universal e concretizar-se de acordo com elevados padrões de qualidade. Esse serviço público prestado pelos Correios deve cumprir uma lógica de proximidade à população, ter em conta as efetivas necessidades dos utentes e contribuir para o desenvolvimento social e económico de todo o território nacional e, conseqüentemente, de cada um dos concelhos.-----

--- Achamos que não existem alternativas que garantam a prestação completa dos serviços atualmente prestados, nomeadamente ao grupo da população mais idosa e vulnerável. Por isso, tudo faremos para que a Estação dos CTT se mantenha no concelho, como sempre esteve, de forma a garantir às populações e, principalmente, aos mais idosos e a pessoas com mobilidade reduzida, um serviço de proximidade que contribua para um dia a dia mais cómodo.-----

--- O PSD de Oliveira de Frades exige que a administração privada dos CTT mantenha o local e as valências de atendimento e não aceita que este serviço se perca ou passe para terceiros, rejeitando liminarmente a intenção da administração dos CTT em: -----

--- 1. Encerrar a estação dos CTT, considerando esta intenção da Administração "um ato hostil para com o concelho de Oliveira de Frades;-----

--- 2. Exigir à Administração dos CTT a reversão imediata desta intenção e a conseqüente manutenção da Estação dos Correios;-----

--- Mais, propomos, que no caso da aprovação desta moção deverá ser dado conhecimento da mesma ao público em geral, órgãos de comunicação social e, em particular, às seguintes entidades: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Administração dos CTT, Associações Sindicais e Patronais representativas do setor, Grupos Parlamentares da Assembleia da República".-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: "Como sabem, segundo o regulamento, a apresentação destas moções não requerem aprovação e portanto passa-se imediatamente à discussão e à votação das mesmas e

nestas condições questiono se algum dos Senhores Deputados se vai inscrever para discutir esta moção? -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Fátima Lopes, cuja intervenção se transcreve: "Dizer que é um gosto estar neste espaço e que a minha intervenção será muito breve e é na sequência da anterior, dos passes sociais. -----

--- Eu ouvi o Senhor Primeiro-Ministro dizer que a redução no valor dos passes sociais não seria apenas para as grandes áreas metropolitanas, mas sim para todo o país. Assim esperamos! ---

--- O que eu venho aqui dizer é que estou confiante que o que o Senhor Primeiro-Ministro anunciou venha mesmo a acontecer." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: "Quinze de outubro de dois mil e dezassete, muitos de nós aqui presentes assistimos ao pior dia das nossas vidas, fruto das responsabilidades institucionais que alguns de nós temos, estivemos na linha da frente. -----

--- Nunca se assistiu no país e na região a uma ação de tal envergadura no âmbito da proteção civil, saúde, segurança, apoio social e em muitas outras áreas que foram chamadas a intervir. Desse dia guardamos imagens simplesmente horríficas. -----

--- A reação de bombeiros, autarcas e demais entidades envolvidas foram de atos de coragem e cada um de nós fez o melhor possível. -----

--- Por certo alguns concelhos da nossa região empobreceram mais de quarenta por cento só nesse dia. Se já tínhamos um diferencial muito grande em relação ao litoral esse desnível aumentou consideravelmente. -----

--- Quem vive em Lisboa viu pela televisão estes incêndios, como se tivessem ocorrido noutra parte do país, ficando com a ideia de que é uma população envelhecida e irresponsável que não fez a limpeza dos seus terrenos. Quem cá vive sabe que não foi assim. -----

--- Arderam eucaliptos, oliveiras, casas, animais e o mais grave é que morreram pessoas. Muitas pessoas! Nada voltará a ser como antes! -----

--- Felizmente neste ano de dois mil e dezoito, que está quase a terminar, as ocorrências foram consideravelmente reduzidas e as suas consequências também. Algumas medidas foram tomadas, mas a desconfiança em relação a quem nos deveria proteger é inevitável, fruto de episódios infelizes como o envio de SMS. -----

- O mais grave é que todos temos consciência que vai voltar a arder mais ano menos ano e provavelmente com consequências ainda mais devastadoras.-----
- O que foi feito depois disto? -----
- O Governo prometeu a compra do SIRESP e falhou, a educação por proteção civil ficou por algumas aldeias, as televisões continuam a transmitir sinais de chuva em dias de alerta vermelho, os bombeiros estão numa luta com a nova organização da proteção civil, o estado continua a falhar e o pior que falhar é ainda fugir à responsabilidade.-----
- Numa perspetiva mais micro podemos verificar que toda a paisagem à nossa volta é ainda de grande desconforto, onde faltam as árvores e colocam a nu dezenas e dezenas de aldeias. Contudo, não faltará muito para ficar novamente desordenado, sem controlo e sem gestão integrada. A situação na nossa região é muito preocupante.-----
- No concelho de Vouzela, nas vinte e duas empresas consideradas elegíveis para o programa Repor apenas foram submetidas e aprovadas até hoje seis candidaturas. Dos sessenta edifícios afetados foram identificadas quarenta e seis primeiras habitações, tendo sido terminadas nove casas.-----
- Quanto às infraestruturas foram registados prejuízos na rede viária, na segurança rodoviária, no sistema de abastecimento de água, na iluminação pública, no parque de campismo, percursos pedestres, veículos de passageiros, etc.-----
- As candidaturas ao Fundo de Solidariedade da União Europeia para a compensação destes danos foram abertas a trinta e um de janeiro estando em concurso até ao final do ano e serão apreciadas durante o ano de dois mil e dezanove. Isto significa que passarão dois anos sobre os incêndios sem que a autarquia seja ressarcida do seu prejuízo, sem que as populações possam usufruir novamente das suas infraestruturas.-----
- Caros colegas em vez de se anunciar a maior reforma da floresta, mesmo quando ela não existe, este é o tempo de se tomarem medidas concretas com resultados diretos na vida das pessoas desta região.-----
- Criar bancos de terra para empreendedores agrícolas, criar entidades de gestão florestal e dinamização das zonas florestais. Fazer o correto ordenamento do território. Compensar os territórios que optem por manterem espécies. Exigir uma redução drástica no valor das portagens, medir uma majoração dos incentivos na instalação de novas empresas no território e obrigar a uma rápida intervenção no IP3.-----
- Tudo isto é uma obrigação transversal a todos nós com competências políticas, governamentais, civis."-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:  
“A minha intervenção será muito breve, à semelhança da anterior. -----

--- Nós assistimos a algumas medidas deste governo, nomeadamente as dos passes sociais, a atribuição gratuita de manuais escolares e assistimos aos livreiros a ameaçar não participar nesta iniciativa por causa do atraso no pagamento por parte do Estado. -----

--- Com isto quero dizer que é preciso ter uma enorme atenção na questão da descentralização e na delegação e competências, pois é preciso saber que vêm alocadas de envelope financeiro.”

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Virgílio Cunha, cuja intervenção se transcreve: “O assunto que me traz aqui é recorrente e também já aqui foi trazido pelo Deputado de Oliveira de Frades e que se prende com o encerramento de lojas CTT. -----

--- Relativamente a Aguiar da Beira, o Município foi sondado um gestor dos CTT da região e, relativamente àquela loja e foi abordado em termos muito drásticos, dizendo que dentro de um mês a loja seria encerrada e teria que haver uma alternativa, com recurso a instalações em serviços públicos ou alguém particular que aceitasse os serviços.-----

--- A Câmara, obviamente que não aceitou e pediu colaboração, nomeadamente, à CIM, que interpôs um recurso e uma providência cautelar para travar esta decisão. Essa providência foi aceite. -----

--- Claro que isto, hoje acontece em Aguiar da Beira e Oliveira de Frades e amanhã, acontece noutro concelho da nossa Comunidade. -----

--- A minha intervenção é para prestar o testemunho de reconhecimento à CIM Viseu Dão Lafões, por se ter prontificado desde logo, a colaborar com o nosso Município no intuito de travar o processo de encerramento.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Na sequência dos acontecimentos e dois mil e dezassete têm vindo sido anunciadas medidas na área da proteção civil. Algumas até por excesso. -----

--- O ano de dois mil e dezoito foi ano com menor área ardida, com menor número de ocorrências e não só em relação ao ano passado, mas sim em relação à média dos últimos dez anos. -----

--- Muito terá sido também por esse tal alarmismo. -----

--- Também continuaram a ser feitas e tomadas medidas. Ainda no recente Conselho de Ministros de outubro a Resolução 418/2018 e os Decretos-Lei nºs 328/2018, 428/2018, 409/2018 e 424/2018, foi também continuada essa reforma.-----



---Se perguntarem a minha opinião pessoal há coisas que, a meu ver, devem ser melhor refletidas, devem ser ouvidas as pessoas que estão no terreno, nomeadamente representantes ao nível da proteção civil, ao nível da Liga de Bombeiros, ao nível da Guarda Nacional Republicana, ao nível do ICNF, porque acho que há coisas que devem ser melhoradas, mas penso que será de todo reduzido dizer que nada foi feito.-----

--- A, meu ver, há coisas que foram feitas e penso que se está a colher alguns desses resultados.

--- Agora também foi aqui dito, por um colega, que Portugal continuará a arder.-----

--- Se pênarmos no tipo de climia que nós temos, com os índices de humidade, muito baixos, nomeadamente no verão... Também temos de ter essa preocupação de um novo ordenamento.

--- Portugal precisa de uma nova visão, mais inclusiva e diria até mais inteligente, nomeadamente a nível local e regional e nesse aspeto o nosso distrito e a nossa CIM terá necessariamente um papel importante na proteção civil e a própria informação que o Senhor Presidente nos enviou do mapa de pessoal que está a ser proposto para ser dotado, e é aí que devemos assentar a nossa tónica e centrar as nossas propostas no sentido de termos um Portugal mais justo. E aqui também concordo e acho que a medida dos passes sociais injusta sendo só para Lisboa e Porto."-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período de antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado."-----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 23 de abril e o dia 17 de novembro de 2018, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: "Se me permitisse foram aqui referidas algumas situações, pelo que eu gostava de fazer algumas considerações sobre o que aqui foi dito. -----

--- Relativamente aos transportes e aos passes sociais, a CIM neste momento e como está na informação escrita, é Autoridade de Transportes, mas que não está incluído a situação dos passes sociais, para já, pelo que também não sabemos muito bem o que irá sair, ouvi ontem o Senhor Primeiro-Ministro dizer que os passes sociais iriam ser para todo o país, mas o que é facto é que até ao momento não sabemos de nada.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Não sabemos em que circunstâncias irão ser dados os passes sociais, se serão as câmaras que terão de pagar parte dos passes se será o Estado que contribui, portanto vamos aguardar calmamente e depois em devida altura poderemos tomar uma decisão. -----

--- Relativamente ao assunto sobre os CTT, como foi dito aqui, logo que Aguiar da Beira colocou a situação na CIM, a CIM contratou um escritório de advogados para colocarmos uma providência cautelar no tribunal, tendo a mesma sido aceite e que foi aceite. -----

--- Sabemos que os CTT voltaram "à carga", mas de qualquer das formas nós não paramos e neste momento temos uma reunião marcada em Lisboa, na ANACOM, para o dia doze de dezembro, onde à partida irei estar presente com o advogado, o Presidente de Aguiar da Beira e o Presidente de Oliveira de Frades.-----

--- Sobre o quinze de outubro eu, sinceramente é um assunto delicado demais. -----

--- É um assunto que temos que olhar num todo, não olhando só à parte partidária, se fizemos bem ou mal, porque no fundo se formos recuar uns anos todos errámos. Portanto penso que é um assunto que está sob a mesa, um assunto muito delicado, que eu tenho discutido várias vezes, em várias reuniões com o Senhor Secretário de Estado das Florestas, que tem dado uma colaboração extraordinária, mas que chegamos a um determinado ponto e neste momento é crucial uma situação que até agora não vimos resolvida, que é o que está a acontecer com os eucaliptos.-----

--- Como todos se devem aperceber, com os incêndios e segundo a informação que tenho, os eucaliptos de grande porte ao arderem explodiam casca e espalhavam uma semente pelos pinhais.-----

--- O que está a acontecer é que onde havia dez eucaliptos estão a aparecer cem. Isto está a acontecer nas propriedades privadas e nós câmaras não podemos fazer nada. -----

--- Portanto aguardamos que realmente da parte do Governo haja uma indicação, como houve para as faixas de proteção dos dez metros das estradas e portanto nos deixe a nós ou o próprio Estado que venha fazer uma intervenção. -----

--- Não tenho dúvida nenhuma que se não for feita daqui a cinco anos as condições serão muito piores do que aquelas que foram em outubro de dois mil e dezassete. O eucalipto será de uma densidade tão grande que num incêndio com um pouco de vento não haverá hipótese de o apagar. -----

--- Assim, aguardamos com serenidade, mas também com ansiedade que nos seja dito alguma coisa de como poderemos resolver a situação.-----



--- É facto que tem havido também uma colaboração muito grande e neste momento a CIM vai ter um gabinete técnico florestal, onde no nosso caso irá ficar instalada uma brigada florestal, para já, que é composta por três equipas de cinco homens cada uma, ou seja, quinze homens, mais uma máquina de rastos, uma borracheira e uns tratores e que irá ficar ao serviço das catorze câmaras.-----

--- Pedimos e sabemos que será aprovada mais uma brigada até ao princípio do ano e uma vez que pedimos três brigadas, esperamos que sejam todas aprovadas e se assim for, ficaremos com quarenta e cinco homens, com nove viaturas ligeiras, três máquinas de rasto e três máquinas borracheiras. Mas para já as três viaturas já estão endereçadas e já as podemos levantar, só estamos à espera do concurso para recrutamento do pessoal e logo que tenhamos o pessoal as três viaturas serão levantadas e irão iniciar o serviço.-----

--- Destas intervenções eram estas as informações que queria deixar. Sobre as restantes informações da informação escrita a mesma foi distribuída aos Senhores Deputados e portanto se houver alguma questão estarei à disposição.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Mesa, Alberto Ascensão cuja intervenção se transcreve: "Três questões muito rápidas. Conjuntamente com a informação escrita não há também aquilo a que obriga a mesma legislação que é citada para fazer a informação escrita que é a informação sobre a situação financeira, que é exatamente a mesma legislação, a mesma alínea, o mesmo número e artigo, por omissão do mesmo artigo que é citado, e muito bem, na informação escrita.-----

--- Noutros tempos na informação escrita vinha e espero que passe a vir o ponto de situação financeira para nós percebermos em que estado estamos de contas com a CIM Viseu Dão Lafões.

--- A segunda questão é exatamente relativa às equipas de sapadores florestais. A distribuição, onde é que elas vão atuar? Quais os concelhos onde se vão posicionar? E essencialmente quais os trabalhos é que vão desenvolver? Se são sazonais ou se terão outras atividades e quais. Porque eu defendo que os incêndios se combatem mais fora da época dos incêndios e portanto, gostava de saber qual é a projeção que têm para estas equipas de sapadores.-----

--- A terceira questão está relacionada com o plano de atividades e parece-me que este não acrescenta nada à informação escrita e que em dois mil e dezanove teremos aquilo que tivemos em dois mil e dezoito. Posso estar a ver mal, mas é assim que eu vi isto e só queria ser esclarecido porque é que o plano de atividades é um desenvolvimento de mais alguns pormenores daquilo que foi a atividade durante este ano.-----

--- São estas questões que eu gostaria de ver esclarecidas."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Pedro Alves cuja intervenção se transcreve: "O que me traz aqui hoje não são assuntos novos, no entanto não queria deixar de fazer aqui um reparo a esta intervenção feita pelo Senhor Vice-Presidente da Mesa relativamente ao plano de atividades em função daquilo que é o relatório de atividades que tem feito. -----

--- Começo por dizer uma coisa, eu pelo menos fico satisfeito com algo que acontece no âmbito da CIM que é ter um conjunto de autarcas que vai executando pelo menos de forma cadente aquilo que é o Pacto de Desenvolvimento da Região. -----

--- Infelizmente nós ao longo destes últimos três anos e vamos para dois mil e dezanove com mais um orçamento de um Governo que todos conhecemos e a verdade é que ao longo destes quase quatro anos vai aparecendo sempre a mesma coisa, mas a verdade é que nada foi feito, nomeadamente aqui na região ao nível do investimento público. -----

--- Gostava que houvesse da parte dos membros de outros partidos, que não do PSD, a mesma atitude perante o Governo como têm perante a CIM, ou seja, exigir que se execute, se faça, se invista na região e a verdade é que se algum investimento público tem sido feito na região se deve aos autarcas e aos fundos comunitários e é isso tenho que fazer aqui, um reconhecimento a todos eles. -----

--- Passando aquilo que me trouxe aqui hoje, o Senhor Presidente da CIM, veio dizer que tinha reunido com vários membros do Governo ao nível de algumas matérias e o que trazemos aqui é bem claro, a duplicação do IP3. -----

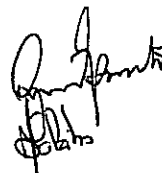
--- No Orçamento do Estado estão inscritos 4,5 milhões de euros para o IP3, correspondentes a um montante em parte aos estudos que vão ser feitos e outra parte para a obra que está a ser feita, que é uma grande reparação, que não é nada de extraordinário. -----

--- Estamos a mudar o conceito de Penacova a Mortágua, que é uma grande reparação, que apenas visa recuperar traçado original. Não é mais nada. -----

--- Senhor Presidente, eu vi também no seu relatório que há uma ilusão de que aquela zona através de um estudo pode ser modificada, mas digo-lhe que não pode. Não é ao acaso que se prevê sempre que se faça um traçado diferente com uma autoestrada na Via dos Duques. -----

--- Não se acredite então que alguém vai fazer uma autoestrada, ou seja, o traçado da Via dos Duques duplicando o IP3, até porque depois as pessoas também não vão pagar para passar por ali. -----

--- Agora o que eu queria saber relativamente à duplicação do IP3 e também já agora em relação ao IC12 e à Linha da Beira Alta é o seguinte: -----



--- Se reuniu com o Ministro das Infraestruturas e com a Infraestruturas de Portugal, que nível de compromisso existe, porque quatro milhões de euros por ano para construir o IP3 são trinta anos. E não se vão executar.-----

--- O que eu queria saber se o Governo é incapaz de assumir este compromisso que garantia tem do Governo que efetivamente há este investimento ou se vai ser feito na duplicação do IP3.

--- Onde é que vão buscar os recursos financeiros? Se não há para as pequenas obras ou estragos nacionais que há no distrito de Viseu, de vinte e oito milhões de euros que deveriam ser gastos, entre dois mil e quinze e dezanove, não se conhece uma outra obra que tenha sido executada pelo Governo, então como tem garantias de que vai ser feito?-----

--- Há aqui uma coisa para assumir e todos temos de ter essa responsabilidade. A responsabilidade de que se isto não vier a ser feito ou se vier a ser feito com base numa concessão com portagens, eu volto aqui a dizer, há responsáveis políticos por esta matéria. Não há dinheiro no Orçamento do Estado que permita fazer um investimento com esta grandeza e não venham pedir ao PSD que isto só se vai fazer se houver um plano nacional de grandes investimentos. Este investimento foi proposto por um conjunto de entidades com conhecimento técnico e não se executou.-----

--- Por isso, Senhor Presidente a este nível quero saber como é decorreram as reuniões com o Ministro das Infraestruturas, o Secretário de Estado. Em relação à Linha da Beira Alta, se teve essa reunião também, saber qual foi o ponto de situação. SE não falaram sobre isto é grave, são mais de trezentos milhões de euros que estão cativos ao nível de fundos comunitários e queremos saber qual é o ponto de situação. Se já avançaram os projetos, que projetos é que há.

--- Depois o IC12, porque não nos esqueçamos de uma coisa que é esta ideia peregrina da duplicação do IP3 acabou com a conclusão do IC12 e esta é uma infraestrutura importantíssima e quero saber qual é o calendário previsto, quanto é que custa e se há ou não compromisso por parte do Governo.-----

--- E depois perceber que há um conjunto de estradas que requerem manutenção e se falaram ou não destes investimentos de proximidade.-----

--- Quanto ao passe social dizer que está comprometido no caderno de Orçamento do Estado que o passe social vai para utilização dos utentes das grandes áreas metropolitanas, mas a partir de abril, tudo o que não for em abril para nós não é justo.-----

--- Da nossa parte tem de haver uma tomada de posição clara.-----

— Nós queremos igual aos outros. Justiça essa que começa em abril para os outros e para nós deverá ser também. Se há algum problema de natureza jurídico? Chama-se a isso Orçamento. Problemas jurídicos não há, há sim problemas de Orçamento. -----

— Depois há outro assunto que acho que merece a nossa preocupação que se prende com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, nomeadamente duas situações. -----

--- A primeira que é um compromisso assumido também pelos autarcas no âmbito do pacto territorial em que abdicaram de fundos comunitários para a região para que se fizesse a ampliação do serviço de urgência. Os autarcas cederam, comprometeram-se, os fundos ficaram comprometidos também e o Governo nada faz. É mais um ano! -----

— Por isso, Senhor Presidente eu quero saber se tem algum compromisso do Governo. -----

--- Se alguém lhe disse quando vai ser, porque o Conselho de administração do Centro Hospitalar não sabe, devia saber não sabe ou pelo menos não o diz e se em função do pacto territorial que foi assinado se o Senhor Presidente tem feito alguma diligência no sentido de concretizar este investimento. -----

--- Estar mais de um ano à espera que haja autorização das finanças, com concurso concluído, obra entregue ao empreiteiro, falta o visto do Tribunal de Contas porque não há autorização para fazer despesas com a comparticipação nacional. Não é grave, é muito grave! -----

--- O tempo de atraso para que se inicie a obra já dava tempo para ela estar concluída. -----

--- Supostamente deveria estar concluída no início de dois mil e dezanove e não está. -----

--- Eu gostava de ter visto um pouco mais de determinação por parte da CIM nesse sentido, de pressionar o Governo cada vez que cá vem, com estas situações que não estão resolvidas. -----

--- Peço desculpa, mas é uma decisão política e determinante para a nossa região. O Centro Hospitalar Tondela-Viseu é o segundo centro hospitalar da Região Centro, houve uma decisão política de o capacitar com um centro oncológico com a unidade de radioterapia, não só pela sua diferenciação técnica, mas acima de tudo pela qualidade de resposta que traria aos nossos utentes, têm que continuar a deslocar-se para Vila Real, Porto ou para Coimbra para ter este tipo de tratamento. -----

--- Fomos deliberadamente enganados pelo Ministro da Saúde, pelo Secretário de Estado da Saúde, meteram a placa, disseram-nos prazos e que em dois e dezanove estaríamos a utilizar aquelas instalações. Mentira! Nem um cêntimo existe hoje no Orçamento do Estado ara dois mil e dezanove. -----

--- E o que é que nós fizemos Senhor Presidente? -----

--- O que é que fez esta CIM? -----

- Não acha relevante?-----
- Porque é que não está a ser feito este investimento na área da saúde?-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Horácio Ribeiro cuja intervenção se transcreve: "A minha questão é destinada ao Senhor Presidente, Rogério Abrantes, e prende-se com a questão da proteção civil Intermunicipal. -----
- Questionar o projeto Plataforma de Emergência e de Proteção Civil e pelo que entendi neste momento cinge-se à instalação de diversas estações meteorológicas e com sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais ao que se acrescentou as brigadas.
- Não me pareceu pelo menos claro e eu gostaria de saber se estão pensados ou não a nível da CIM Viseu Dão Lafões mediadas para a população ao que está a ser preconizado ao nível da proteção civil, nomeadamente no que foi aprovado em reunião do Conselho de Ministros." ---
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria cuja intervenção se transcreve: "Eu ao contrário do colega, não estou tão confiante no papel da segurança do Estado e queria deixar aqui algumas questões. -----
- Dizer que fiquei um pouco transtornado com uma resposta quando fizemos a Assembleia de abril fiquei com a noção que iríamos ter a resposta, não pelo São Pedro, mas por métrica e fiquei com a sensação e que iríamos ter brigadas no imediato, ou seja, que seria no próximo verão. Pelo menos a maioria ficou com essa noção.-----
- Agora constato que há uma brigada que está a ser constituída, quinze pessoas que dividindo dá uma por cada, o que é uma resposta importante, um sapador por concelho.-----
- Temos garantias de uma a constituir, uma aprovada não sabemos quando e já estamos em dezembro. Nessa terceira brigada há certeza que no próximo verão vamos ter duas brigadas pelo menos, ou três? A CIM tem a certeza que vamos ter duas brigadas no próximo verão a atuar ao nível da CIM? Era essa questão que eu gostaria de colocar. -----
- Outra situação que também foi colocada na altura, quer dizer que o gabinete técnico também está em constituição? Também era dito que seria constituído de imediato. -----
- Outra situação que eu gostaria também de colocar, se já há conhecimento do relatório do estudo dos incêndios de outubro. Foi pedido um estudo exatamente igual a Pedrógão e a questão que eu queria colocar é se a CIM tem conhecimento desse estudo? -----
- Nós não podemos sempre nas lamentações, dizer que isto é muito complicado, não, temos que aprender com os erros. Esses estudos nomeadamente o de Pedrógão apontaram erros e soluções e por isso se esse estudo existe, a CIM tem conhecimento?-----

--- Outra questão tem a ver com os passes sociais e já aqui foi dito e bem, que esta questão é para abril. A CIM vai ser autoridade de transporte e questão que se coloca para a CIM é muito importante, porque nós temos uma realidade um pouco diferente, nós temos operadores privados. A solução para o nosso território é importante, mas é uma solução que tem de ser muito prevenida em termos de trabalho prévio e por isso aqui a CIM tem de ter um papel muito importante em termos de trabalho com os operadores privados.-----

--- A solução de passes sociais para aqui não é a mesma das grandes áreas metropolitanas. É mais complexa e a CIM tem um papel fundamental para termos uma igualdade de tratamento em abril. -----

--- Uma outra questão prende-se com a situação do Centro Hospitalar e o que aqui foi dito. Não é compreensível a situação em que os autarcas abdicaram de dinheiro dos seus próprios fundos a que tinham acesso para a Urgência e o Estado só tinha que arranjar a chamada “cobertura” nacional e não arranjou e isto está a penalizar a nossa região. Isto não é compreensível e que também nesta área a CIM não tenha um procedimento de tomar posição a este nível. A questão do serviço de Urgência é uma questão de falta de bom senso e consideração pelo cidadão da região. Os autarcas abdicaram dos seus investimentos em prol de um serviço fulcral. E gostava de saber qual o ponto de situação sobre isto por parte da CIM.” -----

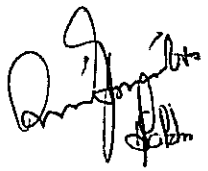
--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Paulo Catalino cuja intervenção se transcreve: “Eu na verdade já previa que houvesse os profetas da desgraça e como tem sido recorrente algumas das intervenções em todos os espaços de intervenção pública, tentei perceber qual era o ponto da situação daquilo que seriam no fundo as grandes “chamadas de atenção” e preocupações por parte de Deputados e autarcas do PSD. -----

--- Portanto fui tentar perceber se era verdade ou não que o próximo Orçamento do Estado tinha ou não rubrica para o IP3. -----

--- E na verdade pensei que os profetas da desgraça viessem dizer que o Orçamento do Estado não consagraria nenhuma verba para o IP3 ou para a sua requalificação. -----

--- A verdade é que hoje não é a questão de não vir rubricado e a grande questão agora é que “eu desconfio” que não vai ser realizado. Estamos a evoluir. -----

--- Por outro lado fiquei a tentar perceber se havia prazos que não estavam a ser cumpridos, calendários que não estavam a ser cumpridos, se havia alguma falta de estudo sobre impacte ambiental da via do IP3 e fiquei a perceber que todos os estudos do impacte ambiental estão a ser feitos, como nunca forma feitos noutras vias ponderadas para portagem como era a Via dos Duques, a “menina dos olhos” do PSD. -----



--- Percebi que o calendário e os prazos estavam a ser cumpridos. Por isso, não temos nenhuma razão neste momento que nos leve a pensar que o Governo não vá cumprir aquilo que são as suas obrigações em relação ao IP3.-----

--- Portanto não vejo nenhum alarme naquilo que tem sido o apanágio do PSD em preocupar-se com a requalificação do IP3.-----

--- Eu sei que durante muitos anos estiveram preocupados em fazer alguma coisa com o IP3 e nunca foram capazes de o fazer e que agora que temos alguma coisa feita e que estamos no bom caminho e temos lá rubricados o dinheiro...-----

--- Em relação à Beira Alta e ao IC12, vamos esperar que haja na verdade de resposta por parte do Governo, para depois se dizer com toda a pompa e circunstância que o PS ou o Governo não esteve à altura das suas responsabilidades.-----

--- Se o Senhor Presidente tiver algumas informações para poder partilhar connosco sobre isto.

--- Em relação ao Hospital eu percebo também a preocupação em relação à Urgência, pois é transversal a todos. Nós temos um Orçamento do Estado que prevê que sejam iniciadas as obras, estamos a aguardar que seja desbloqueado um processo relacionado com as Finanças, em relação aos planos plurianuais que têm de ser necessariamente desbloqueados para que ela possa ser executada.-----

--- Portanto também não vejo nenhum alarme nisto, embora eu aceite e Senhor Deputado eu ouvi-o com toda a atenção e acho que lhe fica mal como Deputado da nação interromper enquanto outro membro está a intervir...-----

--- Em relação à Urgência e ao Centro de Radioterapia, o que aconteceu é que inicialmente havia um propósito de iniciar as obras em dois e dezoito e o novo Conselho de administração entendeu que para um centro de radiologia poder funcionar têm que haver serviços de retaguarda, imprescindíveis aquilo que é o tratamento da radioterapia.-----

--- Portanto não existe no Hospital de Viseu nenhum serviço de retaguarda para qualquer doente oncológico que faça tratamento no Hospital de Viseu para lá poder continuar o seu tratamento.-----

--- O Hospital de Viseu não está dotado a nível de Hospital Dia para dar tratamento necessário e adequado a doentes que o assim necessitem.-----

--- Assim, o Conselho de administração pediu, e bem, que o processo fosse repensado no sentido de existirem serviços de retaguarda para que isto pudesse acontecer.-----

--- Outra questão e para terminar.-----

--- Nós percebemos que há a necessidade por parte de muitas pessoas preocuparem-se com a sua sobrevivência política. -----

--- Nós sabemos que os resultados eleitorais não têm sido muito agradáveis para o PSD. O que queria deixar claro aqui na CIM e em reforço do que já foi dito, temos que trabalhar na CIM num propósito de trabalho em conjunto.-----

--- Não podemos ver a CIM como um reportório de incapacidade política do ponto de vista eleitoral e fazemos dela daquilo que nada de novo traz à nossa CIM.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Pedro Alves cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Não estava a contar voltar aqui e em primeiro lugar dizer que as questões que coloquei foi ao Senhor Presidente da CIM e não a mais ninguém na Assembleia. -----

--- Eu agradeço que venham aqui fazer a defesa da honra do Governo, mas a verdade é que por muito esforço que tenha em arranjar um conjunto de justificações, não deve perceber muito bem o que eu falo. Esse deve ser o seu problema. Problema de compreensão!-----

--- Eu aqui não estou a falar de medicina, estou a falar de política.-----

--- O Senhor disse na última Assembleia que não era político, então não sei o que está aqui a fazer, se não o é, isto não é o sítio para estar. -----

--- Se quer discutir as situações técnicas e médicas tem que ir para os sítios próprios.-----

--- Agora aqui, o Senhor comigo discute política e falamos verdade.-----

--- Não fui eu que fui ao Centro Hospitalar colocar uma placa a dizer que haveria um centro oncológico e isso é enganar. -----

--- Não fui eu como Ministro da Saúde que fui a uma comissão anunciar que ia haver.-----

--- O que o Senhor deveria vir aqui dizer é que está solidário e preocupado connosco, porque o centro oncológico é para a região. -----

--- A verdade é que não há dinheiro nem para o centro oncológico nem para o IP3. -----

--- Quando vier aqui falar da Via dos Duques tem de saber do que fala, porque quem cancelou o concurso do estudo prévio que estava a ser feito foi o seu Governo. -----

--- Sabe como é feito o orçamento da Infraestruturas de Portugal? -----

--- É o Governo que o faz e não o dotou com dinheiro suficiente.-----

--- Quanto à Linha da Beira Alta não vai ser feita, porque não há projetos, foi dito numa reunião com a Infraestruturas de Portugal.-----

--- O que eu lhe peço é que não venha para aqui fazer um pouco daquela política de café que eu também acho divertida, eu também sou treinador de bancada e sei discutir dessa maneira, mas aqui discutimos as coisas com responsabilidade. -----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria cuja intervenção se transcreve: "Já aconteceu uma vez noutra Assembleia, noutro mandato, com um autarca da altura que veio aqui anunciar uma coisa e o que foi dito não era verdade relativamente à radioterapia. -----

--- Aqui, o que o colega veio falar foi de terminologia técnica e dizer que um centro oncológico tem três unidades: Unidade de Medicina Nuclear, Unidade de Radioterapia e a Unidade Hemato-Oncológica. Se o tivesse dito assim todos perceberíamos que era um problema de três unidades. Mas o que este Governo disse foi que ia fazer uma Unidade de Radioterapia e previa uma unidade para dois aceleradores lineares' mas iria só funcionar um. -----

--- E atenção que estão aqui pessoas que ouviram em que foi dito ao Conselho de administração para terem atenção e não ficarem só pela unidade de radioterapia, tenham o processo de desenvolvimento em módulos que permita que tenham uma Unidade Hemato-Oncológica até para melhorar a nossa resposta no Hospital de Dia, que está com sobre lotação, e que prevejam também a unidade de medicina nuclear, embora haja resposta no privado, o centro público tem que ter sempre a unidade de medicina nuclear. -----

--- Nessa reunião o Conselho de administração disse que também era o seu objetivo e que estavam de acordo com a evolução em módulos, mas que a nível financeiro era apenas para a unidade de radioterapia. -----

--- Por isso, também temos de ser sérios no que aconteceu e não se colocar o problema da questão da infeção, já que estaríamos assim a colocar em causa a resposta técnica do próprio hospital e dos próprios profissionais. O hospital tem condições técnicas para responder a esse nível, mas podem ser melhoradas. -----

--- Agora, o atraso não tem a ver com isso. Era só o que eu queria dizer." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Paulo Catalino cuja intervenção se transcreve: "Duas coisas extramente rápidas. -----

--- O Senhor Deputado, já disse isto e volto a dizer-lhe: eu sou político enquanto membro desta Assembleia e vou honrar o meu compromisso do ponto de vista político com o meu partido e com aquilo que venho aqui defender. -----

--- O que eu quis dizer e não percebeu e vou explicar muito rapidamente, é que o meu amigo só vive da política e é um profissional da política e é Deputado e aquilo que eu sou é médico, é a minha profissão e venho aqui dar colaboração ao meu partido, com a minha consciência, a grande questão é esta, eu sou médico e também sou eleito para esta Assembleia e tenho a mesma legitimidade que o Senhor tem. -----

## Assembleia Intermunicipal

--- Não sou político de profissão e não faço nenhum frete e gostaria que o fizesse aqui hoje e agora, se tem alguma coisa a dizer sobre o meu rumo, sobre a minha profissão ou sobre os negócios que possa ter, gostava que o fizesse aqui e agora! Não deixe suspeitas, não lance suspeitas sobre a minha pessoa sem fundamento nenhum. -----

--- Em relação ao que disse o Senhor Dr. Mota Faria, estamos a falar de uma coisa que eu sei o que lhe estou a dizer, e aquilo que eu estou a dizer é que neste momento, e disse bem, o Hospital de Dia neste momento está lotado, agora lotado. -----

--- Não daria resposta agora nem quando tivermos o serviço de radioterapia. -----

--- O que eu disse é muito claro, não é possível avançarmos com o serviço de radioterapia sem termos um prolongamento do Hospital de Dia, não é possível. -----

--- Quem o disse foi o Conselho de Administração e a Senhora Secretária de Estado que veio há dias ao nosso distrito e confirmou que estão a ser feitos estudos no sentido de poder prolongar o hospital de dia, porque neste momento o que temos para dar resposta ao hospital sem o serviço de radioterapia não conseguem dar resposta em condições". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Luís Ferreira para uma interpelação cuja intervenção se transcreve: "Cumprimentar a Mesa e todos os presentes. -----

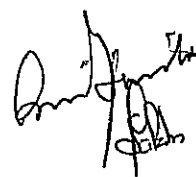
--- Com todo o respeito pela condução dos trabalhos, mas esta reunião vai com duas horas sem entrarmos na ordem do dia. Sei que, por vezes, existe alguma boa vontade nessa condução, mas tem de haver uma gestão mais rigorosa do tempo, evitando-se, por exemplo, as considerações que o senhor presidente da mesa faz às intervenções dos deputados. A mesa tem que ser rigorosa a regular o tempo de cada intervenção e ser competente na aplicação do regimento. -

--- Nós começámos a reunião quase meia hora depois do previsto, tendo-me apercebido que, passados quinze minutos da hora marcada para o início dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa convidou os seus camaradas para irem reunir, à parte, antes da Assembleia iniciar os trabalhos, quando deve ser o mais rigoroso no cumprimento de tempos e horários, o primeiro a dar o exemplo. -----

--- Eu oponho-me a esta forma de conduzir os trabalhos, que por estas perdas de tempo me vai obrigar a sair sem que estejam concluídos." -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: "Sim, é verdade eu pedi para reunir, mas nada teve a ver com esta Assembleia. Desculpe, Senhor Deputado está a insinuar que alguma da condução possa estar em causa. Eu dou o exemplo e começo a cortar a palavra ao Senhor e aos outros. -----

--- Estamos de acordo e vamos ser rigorosos." -----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: "Relativamente à intervenção do Senhor Vice-Presidente sobre a situação financeira eu penso que não haverá da nossa parte qualquer problema, mas o Senhor Secretário Executivo responderá a isso.-----"

--- Relativamente às brigadas a primeira está a ser constituída. Realmente demora um pouco mais tempo, porque nós abrimos dois concursos e ficaram desertos e estes processos têm os seus *timings*.-----

--- Três viaturas estão já à nossa disposição para levantamento na Azamibuja. As bases das brigadas serão Sátão, Castro Daire e Vouzela e irão atuar onde forem necessários nos catorze municípios. Se o Município de Carregal do Sal precisar da máquina pede-a e a equipa virá, porque estas brigadas são essencialmente para limpeza e na altura dos incêndios poderão atuar.

--- Quanto ao plano de atividades o Senhor Secretário Executivo irá dar uma explicação.-----

--- Quanto à questão do Senhor Deputado Pedro Alves eu gostaria de lhe dizer o seguinte: garantia do Governo eu tenho-a tanto como quando o Senhor tem de um membro do Governo ao pedir-lhe alguma coisa.-----

--- A garantia é uma garantia política.-----

--- Em Penacova foi mostrado o traçado do IP3 e o Senhor Primeiro-Ministro estava lá e disse que ia ser concluída.-----

--- Agora o Senhor Deputado vai-me perguntar se eu tenho garantia. Não tenho selo branco nenhum. As garantias foram as que são públicas.-----

--- As reuniões que eu tive nas Infraestruturas foi porque a CIM preocupada, exatamente com o traçado que poderia sair do concurso que as Infraestruturas fizeram, abriu um concurso, contratou uma empresa especializada em projetos de estradas e que vai acompanhar a equipa que vai fazer o projeto para as Infraestruturas de Portugal.-----

--- O que lá fomos dizer ao Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal o que a CIM tinha feito, porque eu não posso lá chegar com uma equipa e dizer que estes Senhores vêm fiscalizar, não tenho autoridade para uma coisa dessas.-----

--- Foi uma reunião com uma abertura muito boa, porque eu até ia com receio que dissesse que o processo era com eles e que não tinha nada a ver com isso, ma não disse que iria colaborar connosco.-----

--- Na nossa opinião, do Conselho Intermunicipal, que também utilizamos o IP3, que salvo aquela parte da Livraria do Mondego, todo o resto pode ser duplicado.-----

--- Agora terá que ser perante estudos e se me perguntar se vai custar mais, com certeza que sim.-----

--- Também falámos no IC12 e a resposta do Senhor Ministro foi que este seria um complemento ao IP3. Eu falei também do estado em que a estrada se encontra e ele não me deu resposta absolutamente nenhuma.-----

--- Quanto ao Centro Hospitalar Tondela-Viseu ainda não tive oportunidade de falar com ninguém diretamente ligado à saúde. A única coisa foi uma reunião na CCDRC a que fui sobre o plano nacional de investimentos 'onde reforçámos a questão do investimento no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, como reforçámos também a estrada de Castro Daire-Viseu. Está no plano nacional de investimentos que a CIM apresentou todas estas questões que precisam de ser consideradas.-----

--- Relativamente à questão do Dr. Mota Faria sobre o estudo do incêndio de outubro, não temos qualquer conhecimento dele, se existe ou não.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "De uma forma muito rápida só prestar alguns esclarecimentos mais técnicos relativamente a algumas questões que foram colocadas.-----

--- Relativamente à situação económico-financeira da CIM, de facto faz parte da informação escrita e nós optámos por não colocar, porque os senhores deputados receberam há um mês o relatório semestral da situação económico-financeira da Comunidade Intermunicipal, por parte do Revisor Oficial de Contas. Por isso, entendemos que não era relevante colocá-la agora, mas de futuro colocamos em apenso o relatório semestral remetido aos senhores deputados.-----

--- Relativamente ao plano de atividades e à sua parecença com a informação escrita, de facto é e vai continuar a ser assim. Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, esclarecendo, que a CIM trabalhava na lógica de projetos plurianuais, projetos que se vão desenvolvendo ao longo do tempo.-----

--- A CIM é uma associação de municípios, como tal, a sua atividade em termos instrumentais difere da de uma câmara municipal. Portanto, quando estamos a falar em proteção civil intermunicipal, modernização administrativa, ou quaisquer outros projetos, estes são desenvolvidos ano após ano e que têm execução ao longo do tempo.-----

--- Não obstante essa parecença, há na informação escrita um pormenor relativamente as ações, os eventos, as reuniões, detalhes de alguns projetos, a parte mais instrumental da CIM, que obviamente não fazem parte do plano de atividades.-----

--- Por exemplo, a questão relativa ao projeto “enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”. Na informação escrita diz que submetemos uma candidatura e fizemos uma conferência de imprensa para essa apresentação da candidatura, no plano de atividades fala da execução dessa candidatura durante o ano de dois mil e dezanove.-----

-- Relativamente às brigadas de sapadores florestais, e às bases para a sua instalação e às suas atividades, o Senhor Secretário Executivo referiu que as mesmas serão aquelas que fazem parte do plano de atividades do ICNF, sendo que, a este propósito, importava realçar, que estas, as Brigadas de Sapadores Florestais, irão fazer faixas de gestão de combustível, estabilização de emergência após os incêndios, mas vão também fazer muito serviço público. -----

--- Relativamente à plataforma de emergência de proteção civil intermunicipal dar nota que esta plataforma é um projeto da CIM com várias entidades que têm sido trabalhadas nomeadamente com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o ICNF, o IPMA, o Comando Territorial da GNR, sendo que foi no âmbito mais alargado deste projeto que foram instaladas, no território, catorze estações meteorológicas, uma estação hidrométrica, estando, também, nesta plataforma de emergência, subjacente, o nosso SIG intermunicipal, um projeto que a CIM já desenvolve à cerca de sete anos na região. -----

--- Esta plataforma tem uma característica muito interessante que tem o estudo da caracterização dos grandes incêndios florestais nas últimas décadas na nossa região, que permite ver exatamente o período de retorno e o trajeto percorrido pelos incêndios. -----

--- O Senhor Deputado sabe tão bem como eu que está claramente estudado o período de retorno de alguns incêndios se verificam. Por baixo desta plataforma está este estudo de tipificação dos grandes incêndios florestais. -----

--- Dar nota que esta plataforma pode ser utilizada no teatro das operações quer através de tablet, quer através de uma solução para Android ou IOS e dizer, ainda, que desde junho passado esta plataforma está a ser usada em testes pelo CDOS de Viseu. -----

--- Referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo, que era com agrado que informava que tinha feito ontem oito dias que esta plataforma recebeu o prémio Copernicus, um prémio da Comissão Europeia em que um técnico da CIM Viseu Dão Lafões foi receber este prémio a Bruxelas. -----

--- Relativamente à questão dos sapadores e ao atraso do processo de instalação do gabinete técnico florestal intermunicipal era de facto nossa expectativa ter já a esta nesta data esse gabinete, contudo não foi possível a contratação do recurso humano por via da mobilidade, pelo que atrasou todo o processo. -----

--- O que é que aconteceu?-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Não conseguimos candidatos, pois apenas se candidatou uma única pessoa e quando foi feita a entrevista a essa pessoa, esta não revelava as competências para desempenhar um cargo de planeamento intermunicipal nesse domínio.-----

--- Partimos de seguida para um procedimento concursal público externo e como devem imaginar é um processo que tem prazos, tem várias fases, é um processo muito demorado e o que acontece é que neste momento não temos o processo ainda concluído.-----

--- É na nossa expectativa que até ao final de dezembro seja publicada a lista final que depois tem de ser homologada para termos o gabinete florestal a funcionar no limite no mês de fevereiro de dois mil e dezanove.-----

--- A mesma situação se passou com os sapadores.-----

--- Abrimos o primeiro concurso para sapadores e chefe de equipa e concorreram sete pessoas para quinze lugares.-----

--- Logo de seguida abrimos um segundo concurso para sapadores florestais onde já colocámos as bases onde ficariam localizadas as brigadas, mas mesmo assim não tivemos muitos candidatos e o que acontece é que neste momento já temos duas brigadas aprovadas, colocámos nestes concursos uma prerrogativa que é a reserva de recrutamento para quando viesse a terceira brigada fossemos buscar pela lista ordenada os outros candidatos.-----

--- Mas nem por aí parece que vamos ter sorte porque ao termos a terceira brigada o número de candidatos não chega para ir buscar todos os candidatos que concorreram.-----

--- Estas questões têm tido muita discussão no seio dos Presidentes, no Conselho Intermunicipal, porque mesmo depois de serem admitidos os sapadores florestais estes têm que ter formação, pois não caberá na cabeça de ninguém colocar estas pessoas no terreno sem terem uma formação.-----

--- Dar nota, relativamente ao fogo controlado que a CIM definiu com os seus catorze municípios um plano Intermunicipal, que está aprovado pelas catorze câmaras e que até ao final do mês de janeiro a CIM irá candidatar ao Fundo Florestal Permanente esse plano.-----

--- Concluo, informando, ainda, que estas demoras derivam muito de todos os procedimentos concursais que têm que existir e que temos de cumprir."-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o presente ponto da ordem do dia por encerrado."-----

--- Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da 3.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do



artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2019, de acordo com a Informação de Serviço n.º 479/2018, de 13 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado, Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: "Eu quando saí de casa não vinha com a intenção de usar da palavra neste ponto e vinha com todo o empenho em votar este orçamento, pois acho efetivamente que os resultados têm sido positivos.-----

--- Todavia durante este plenário eu apercebo-me que devemos trazer à discussão outra questão.-----

--- Dá-me a impressão que a discussão do orçamento está a ser transformado num ato de fé, ou seja, aqui a questão não são os números, mas se conseguimos ou não acreditar nesses números. Portanto nesse seguimento eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal se está na disposição de me garantir que estes números vão ser cumpridos.-----

--- Também ouvi aqui que este Governo não está a fazer nada por esta Região e tudo o que se faz são atos autárquicos e assim também gostaria que o Senhor Presidente me dissesse neste orçamento qual é a percentagem da verba que a CIM tem da sua receita para fazer face às despesas que vêm diretamente do Governo, ou indiretamente através do seu aval/aprovação."

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Paulo Catalino, cuja intervenção se transcreve: “Eu só vinha aqui reformular uma questão que tinha a ver com o seguinte: eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da CIM se teve ou não alguma informação por parte da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto da deslocalização do Instituto para o nosso distrito e se já há alguma comunicação da forma como ele se vai instalar”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Eu posso responder já ao Senhor Deputado Paulo Catalino e dizer-lhe que não chegou qualquer informação sobre isso, nem chegou nada à CIM sobre isso. Sabe-se apenas o que está na comunicação social”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Filipe Pais, cuja intervenção se transcreve: “Eu serei rápido e apenas para dizer que o que foi anunciado pelo Governo foi um protocolo de colaboração com a Camara Municipal de Viseu tendente a garantir a instalação nesta cidade da sede da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto. Numa primeira fase em instalações do edificado da Universidade Católica, processo aliás já iniciado e cujas obras garantirão que a instituição funcione com as condições adequadas ao cumprimento do seu objeto. Numa fase posterior, dependendo de processos administrativos e de avaliação de custos de recuperação, tudo aponta para esta Autoridade possa vir a funcionar no antigo quartel da GNR, no centro da cidade, mais propriamente na Rua da Prebenda. Não pode deixar de ser realçado que a região se deve congratular por receber a sede de uma instituição pública de abrangência nacional, dando cumprimento ao desejo de todos aqueles que entendem que o país deve ser olhado como um todo territorialmente homogéneo.” -----


--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Quanto à questão da execução do orçamento dar nota que este, comparativamente com o orçamento da CIM dos últimos anos, está muito alavancado com duas obras que a CIM vai executar durante o ano de dois mil e dezanove. -----

--- Uma delas é a reabilitação da Ecopista do Dão entre Tondela e Santa Comba Dão através do Fundo Social da União Europeia que orça em cerca de oitocentos mil euros, decorrente dos danos causados pelos incêndios florestais de 2017. -----

--- Foi uma decisão dos municípios firmar um contrato interadministrativo com a Comunidade Intermunicipal para esta fazer a obra de reabilitação e submetê-la a financiamento. -----

--- Temos, também, uma outra obra que são 3,3 milhões de euros que é a obra da Ecopista do Vouga que foi aprovada pelo Programa Valorizar que vai fazer a ligação em Viseu à Ecopista do





Dão e depois segue para o território de Lafões. É uma aspiração grande desta Comunidade Intermunicipal e que agora se vai concretizar.-----

--- Portanto, só aqui estão logo cerca de quatro milhões de euros de despesas de capital para obra física através de contratos interadministrativos firmados entre a CIM e os municípios.-----

--- Dizer que, a CIM vive muito de fundos comunitários e da gestão dos mesmos e da sua capacidade para que a sua despesa de funcionamento dos seus técnicos seja financiada por fundos comunitários em termos de gestão e de governança dos vários projetos, numa engenharia financeira e que também serve muito para capacitar e fixar o *know-how* dentro das equipas da CIM.-----

--- A CIM recebe da DGAL duzentos e vinte e seis mil euros ano, isto para termos uma ideia do que é o financiamento. O que é muito pouco e insuficiente e está inclusivamente a ser discutido entre a Associação Nacional de Municípios, o Governo e a Secretaria de Estado da Administração Local um reforço do financiamento.-----

--- Ainda esta semana foram transferidas competências para as comunidades intermunicipais, nomeadamente no domínio da promoção turística e no domínio da atração de investimento e que irão ser analisadas nas próximas reuniões do Conselho Intermunicipal.-----

--- Dar nota, também, que em termos da execução do orçamento o que os senhores deputados notam nas últimas prestações de contas é às vezes uma taxa de execução baixa e esta taxa reside muito também na execução dos fundos comunitários e da aprovação das candidaturas.-----

--- Portanto nós temos aqui um projeto de modernização administrativa em que fizemos a candidatura em finais de dois mil e dezasseis, veio a aprovação em dois mil e dezoito e que estamos agora a colocar no terreno.-----

--- A lógica da execução, da aprovação das candidaturas pelos programas operacionais muitas vezes nos condiciona a própria execução física e financeira por parte da Comunidade Intermunicipal.-----

--- Para o ano temos de facto o grande desafio que tem a ver com a Autoridade de Transportes. Está fechada a rede municipal e intermunicipal, está consensualizada entre os catorze municípios. Houve delegação total por parte de treze municípios na CIM, temos o Serviço Público de Transporte de Passageiros muito assente no transporte escolar porque é a base da nossa região. O município de Viseu fez uma delegação parcial, estando a CIM a fazer a articulação com a Rede MUV.-----

--- Está fechada a rede municipal e Intermunicipal entre os municípios está consensualizada entre os catorze municípios. Houve delegação total por parte de treze municípios na CIM, temos

o Serviço Público de Transporte de Passageiros muito assente no transporte escolar porque é a base da nossa região e Viseu fez uma delegação parcial e a CIM na definição da rede está a fazer a articulação com a Rede MUV.-----

--- Concluindo, em termos da mobilidade e transportes, tudo isto será um grande desafio e que obviamente irá exigir capacitação dos técnicos para a estrutura de gestão com um contrato de concessão que vai ser gerido, monitorizado e ter o respetivo acompanhamento por parte desta CIM.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: “Eu agradeço as palavras que aqui foram ditas mas todavia há aqui um pequeno pormenor que não foi referido. -----

--- Todos sabemos que a CIM num processo em que estão a ser delegadas competências vai ter necessidade da alocação dos respetivos recursos financeiros. No entanto, relativamente à questão que eu levantei sobre o financiamento das obras que têm sido executadas, fica a ideia que o apoio do Governo a toda a atividade da CIM Viseu Dão Lafões se esgotou nos duzentos e vinte e seis mil euros recebidos diretamente da DGAL, ignorando que todos os fundos comunitários que chegam à região careceram, em primeiro lugar, do trabalho altamente meritório desenvolvido pelas autarquias e pela CIM na elaboração dos projetos e, de seguida, da importantíssima aprovação de departamentos governamentais, sem a qual não haveria apoios e não haveria obras/atividades realizadas.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “O dinheiro que vem diretamente do Orçamento do Estado para a Comunidade Intermunicipal é este, são os duzentos e vinte e seis mil euros.-----

--- Agora, obviamente, a CIM faz candidaturas a fundos comunitários que são aprovados pelos fundos comunitários através dos programas operacionais. A transferência da DGAL é a transferência para as CIM’s do Estado via Orçamento do Estado. -----

--- No programa da Ecopista do Vouga são obras que são financiadas por fundos. A Ecopista do Dão é através do Fundo Social da União Europeia. O resto é fundos comunitários e o remanescente quotização dos municípios. -----

--- Não estou a perceber a questão.-----

--- Há várias fontes de financiamento. Estão expressas do lado da receita”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2019, de acordo com a Informação de Serviço n.º 483/2018, de 14 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Muito rapidamente dizer que é esta autorização prévia genérica que vem sempre à Assembleia Intermunicipal todos os anos e é normal muitos dos senhores deputados verificarem o mesmo nas assembleias municipais”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: “Na última Assembleia que tivemos sobre este tema também foi referido, sobre um projeto plurianual então em apreciação, que havia uma verba de determinado montante que era determinante para sujeitar ou não os projetos plurianuais a aprovação prévia genérica.-----

--- No entanto não está claro na lei que esta Assembleia Intermunicipal tenha competências para fazer esta autorização genérica no âmbito dos projetos plurianuais. Eu não vejo isso em lado nenhum e o que eu vejo numa alteração à legislação em dois mil e quinze é a possibilidade de ser delegado nos Presidentes de câmara essa possibilidade de assumir os compromissos. Ou seja, para compromissos plurianuais até noventa e nove mil euros, que eram efetivamente da competência das Assembleias municipais e, por analogia, das Assembleias intermunicipais, passou a haver a possibilidade dessa competência ser delegada nos respetivos Presidentes de câmara. Isto é o Presidente de câmara já não precisa de autorização da Assembleia municipal desde que esta delibere no sentido de lhe delegar a competência.-----

--- Portanto não vejo o sentido de aprovar uma autorização genérica sem ter projetos concretos e por isso coloco algumas reservas e irei abster-me nesta autorização”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados, por maioria, com trinta e sete votos a favor, com três abstenções dos Senhores Deputados Alberto Ascensão, Vítor Fernandes e Dália Martins:-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – Listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 7 de abril de 2018 e 14 de novembro de 2018, ao abrigo da

## Assembleia Intermunicipal

autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 484/2017, de 14 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: "Não é necessária a votação, porque é ao abrigo da autorização anterior e isso já foi autorizado.

--- Vamos dar por concluída a nossa reunião dando nota que não houve pedidos de intervenção por parte do público. -----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. -----

